



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2023 - EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/ EPP

(TIPO MENOR PREÇO POR ITEM)

1. PREÂMBULO:

1.1 O Município de Saquarema do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, a Sra. Daniele Borges dos Santos Vignoli, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, Tipo **Menor Preço Por Item**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, em atendimento a da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através do Processo Administrativo nº **4444/2023**.

1.1.1 O PREGÃO será disciplinado por este EDITAL e seus elementos integrantes, regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 1.383 de 10/10/2014, pela Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 alterada pela Lei nº 147 de 07/08/2014, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto neste Edital e seus anexos.

1.1.2 O PREGÃO será realizado **dia 04 de setembro de 2023 com início às 10:00 horas**, na sala da Comissão de Licitação, à Rua Segisfredo de Oliveira Bravo, nº 86 – Centro – Saquarema – RJ – Prédio anexo.

2. DO OBJETO DO PREGÃO:

2.1 Esta licitação tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADOS ÀS OFICINAS DE CAPOEIRA PARA ATENDER AOS CRAS NA REINTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS** conforme especificações contidas no Processo Administrativo nº **4444/2023**.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

2.2 O objeto da presente contratação é caracterizado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade do objeto licitado podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3. TIPO DO PREGÃO:

3.1 O presente PREGÃO PRESENCIAL tem como critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, constante no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)** e seus anexos.

4. COMISSÃO E EQUIPE DE APOIO:

4.1 O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO Sr. Sérgio Magno Bravo Monteiro, auxiliado pelos membros da equipe de apoio, composta por Jaqueline Gouveia da Silva, Patrick Barros de Lima, Ricardo Sodré Aguiar, Christian Alves Ferreira e Wanessa Moreth Florencio de Souza, conforme designação contida na Portaria nº 685 de 15 de agosto de 2023, que constituem a Comissão de Pregão Presencial.

5. PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1 O valor estimado pela Administração é de **R\$ 421.210,99 (quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e dez reais e noventa e nove centavos)** e foi definido conforme os valores constantes do **PREÇO MÁXIMO PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO – ANEXO VI**

5.2 Os recursos necessários à execução dos serviços ora licitados estão previstos no Projeto de Lei Orçamentária para exercício de 2023 e ocorrerá à conta das dotações orçamentárias:

PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSO
08.244.0030.2.243.000	3.3.90.30.51	166000
08.244.0030.2.243.000	3.3.90.32.02	170401



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

6.2. – Não poderão participar da presente licitação:

a) Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de Constituição. Esta restrição não trará prejuízos à competitividade do certame, tendo em vista a prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei N° 8.666/93, que em seu artigo 33 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pela alta complexidade ou relevante vulto, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade; bem como atendendo ao art. 19 do Decreto Municipal n° 1383 de 10 de outubro de 2014.

b) Pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidôneas ou suspensas para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta, inclusive fundações, nos níveis Federais, Estaduais e Municipais, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

c) Pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

d) Pessoas físicas ou jurídicas que incidirem no estipulado no art. 9° da Lei Federal n° 8.666/93.

e) Não será permitida a participação de Licitante que possua em seus quadros servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal de Saquarema, ou qualquer vínculo com os mesmos, observando o disposto no artigo 9°, inciso III e parágrafo 3°, da Lei n° 8.666/93.

f) Pessoas físicas ou jurídicas que estiverem em regime de falência ou concordata.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

6.3. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

6.4. Para declarações assinadas digitalmente, as assinaturas digitais deverão conter chancela para verificação de autenticidade via sítio eletrônico ou serem apresentadas junto à mídia digital (pen drive) com arquivo PDF de verificação de assinatura ou envio para o endereço eletrônico licitacao@saquarema.rj.gov.br no momento do credenciamento, sob pena de invalidação do documento caso não seja possível verificar a autenticidade da assinatura.

6.5. Todos os itens deste Edital são **EXCLUSIVOS PARA MEI/ME/EPP**.

7. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (A) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B):

7.1. Os ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (A) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE “A” - PROPOSTA DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

Rua Cel. Madureira, 77 – Centro – Saquarema – RJ

PROCESSO N° 4444/2023.

PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2023 – DATA 04/09/2023 ÀS 10:00 horas.

NOME E ENDEREÇO COMPLETOS DO LICITANTE

ENVELOPE “B” - HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

Rua Cel. Madureira, 77 – Centro – Saquarema – RJ

PROCESSO N° 4444/2023.

PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2023 – DATA 04/09/2023 ÀS 10:00 horas.

NOME E ENDEREÇO COMPLETOS DO LICITANTE



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

7.2. A PROPOSTA DE PREÇOS (A) e os documentos referentes deverão ser apresentados em 1 (uma) via, redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise, datada e assinada na última folha pelo representante legal ou pelo Procurador devidamente credenciado.

7.2.1. A apresentação dos documentos integrantes do ENVELOPE PROPOSTA DE PREÇOS (A) obedecerá também aos comandos contemplados nos itens 7 e 8 e subitens.

7.2.2. A proponente somente poderá apresentar uma única PROPOSTA DE PREÇOS.

7.3. O DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) poderão ser apresentados em original, por cópias simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor do Departamento de Licitações e Contratos, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet, preferencialmente preparados em pasta, para que não existam documentos soltos.

7.3.1. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original o Pregoeiro, por ocasião da abertura do ENVELOPE B, para a devida autenticação.

7.3.1.1. Para fim da previsão contida no subitem acima, o documento original a ser apresentado não deve integrar o ENVELOPE DE HABILITAÇÃO.

7.3.1.2. O documento expedido via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades / validades comprovadas por parte do Pregoeiro.

7.3.1.3. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentado os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

7.3.2. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

8. CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

8.1 - A **PROPOSTA DE PREÇOS** poderá ser elaborada conforme **ANEXO V – MODELO** deste Edital, obedecidas as disposições do **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**.

8.1.1 - Na **PROPOSTA DE PREÇOS** deverão constar os seguintes elementos:

a) Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a **PROPOSTA DE PREÇOS** e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail;

b) Especificações técnicas, marcas/modelo, quando couber, e outros elementos exigidos no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**, de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

b.1) Nos casos em que o objeto licitado for somente prestação de serviço, não será obrigatório a indicação da marca no campo correspondente na proposta;

c) preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta;

d) data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura;

e) Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

f) Para fins de celeridade na classificação das propostas, as Licitantes deverão apresentar suas propostas de preço **TAMBÉM** através do programa PROCOPS.msi, que se encontra disponível para **DOWNLOAD** no endereço <http://licitacoes.saquarema.rj.gov.br/>, onde encontram-se as instruções para utilização do mesmo e em mídia (Pen Drive), o Pen Drive deverá ser colocado junto com o envelope “A” de Proposta de Preço.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

f.1) O não cumprimento do subitem “f” do item 8.1.1 não será causa de desclassificação.

8.1.2 - O preço total proposto importará na multiplicação dos preços unitários pelos quantitativos estimados para a contratação de cada item.

8.1.3 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total, prevalecerá o valor do preço unitário, desde que o julgamento seja menor preço por item. Caso seja por menor valor global, importará o preço total da proposta, sob pena de invalidação da mesma;

8.1.4 - Será considerada desclassificada a proposta que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pelo PREGOEIRO;

8.1.5 – Sendo o critério de julgamento do Edital menor preço por item, será julgado como menor preço o valor global de cada item;

8.2 - O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data para início da sessão pública.

8.3 - Nos preços apresentados deverão estar incluídos todos os custos necessários para a execução do fornecimento/serviço.

8.4 - A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

9. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B):

9.1 - Documentos referentes à Habilitação Jurídica:

a) Para empresário individual: registro comercial;



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

- b) Para sociedades por ações: última ata de eleição de seus diretores registrada na Junta Comercial e cópia do Estatuto arquivado na Junta Comercial;
- c) Para Sociedade empresárias ou não empresárias: cópia do contrato social e última alteração contratual;
- d) Cópia do decreto de autorização para que se estabeleçam no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.
- e) CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

9.2 - Documentos referentes à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Contribuintes do ICMS;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais;

f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, expedida pela Caixa Econômica Federal - CEF;

9.2.1 – Também serão aceitas, no lugar das Certidões Negativas de Débitos, Certidões Positivas de Débitos com Efeito de Negativas.

9.3 - Documentos referentes à Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital, exceto quando dela constar o prazo de validade;

a.1) No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

a.2) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

b) O licitante sediado em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordata, ou a **Certidão dos Cartórios da Comarca para fins da Licitação Pública**, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema;



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

c) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura de Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c.1) Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1.1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou

- Publicados em jornal de grande circulação; ou

- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

c.1.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

c.1.3) Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou

- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

c.1.4) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c.1.5) As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

- Apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

c) A comprovação da boa situação financeira será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), o qual deverá ser assinado por profissional Habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC-XX), acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo, sendo que somente será considerada habilitada a empresa que obtiver os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

Fórmulas

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

d.1) A licitante que apresentar resultado inferior a 1 (um) para qualquer dos índices, Liquidez Geral (ILG), Liquidez Corrente (ILC) ou Solvência Geral (ISG) será INABILITADA no presente certame licitatório.

e) Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

9.3.1 - Conforme instituído no Artigo 3º do Decreto nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, O MEI, ME e as EPP estão isentas de apresentar os documentos da alínea “c” do item 9.3, apenas nos certames que envolvam habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais.

9.4 - Documentação relativa à regularidade trabalhista:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, para as licitantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a firma tem sua sede ou Declaração firmada pelo licitante em cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição da República, (**ANEXO VIII – MODELO deste Edital**), de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, sob as penas da lei.

9.5 - Declarações e Documentos Complementares:

a) **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS OU SUPERVENIENTES** de habilitação, observadas as penalidades cabíveis, conforme (**ANEXO VII – MODELO**).

9.6 - Documentação Técnica:

9.6.1 - Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando experiência anterior na execução de fornecimento igual ou similar ao objeto da licitação.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

9.7. - Os documentos relacionados nos itens 9.1, 9.2 e 9.3 poderão ser substituídos pelo CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), desde que expressamente indicados no referido cadastro, com validade em vigor na data da realização do Pregão.

9.8 - No caso de não constar do mencionado cadastro quaisquer documentos exigidos no item 9.1, 9.2 e 9.3, o licitante deverá incluí-los no envelope de HABILITAÇÃO (B).

9.9 - Se os documentos relacionados no item 9.1, 9.2 e 9.3, indicados nestes cadastros, estiverem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados documentos vigentes, no envelope de HABILITAÇÃO.

9.10 - Os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ e o respectivo endereço, inclusive para os casos de documentações de estabelecimentos matriz ou filial, exceto aqueles somente emitidos em nome da matriz.

9.11 - As MEI, ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

9.11.1 - Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal das MEI, ME e EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do § 1º do Artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor, para regularização da documentação pendente.

9.11.1.1 – O prazo concedido no subitem anterior, a critério do PREGOEIRO, poderá ser prorrogado por igual período



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

9.11.2 - A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, tempestivo e devidamente fundamentado, a ser dirigido ao **PREGOEIRO**.

9.11.2.1 - Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 1 (um) dia útil do vencimento do prazo inicialmente concedido.

9.11.3 - A não regularização da documentação fiscal, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.12 - Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para a realização do pregão, sendo que, na hipótese de inexistir nos documentos prazo expresso de sua validade, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, exceto os documentos enumerados nas letras “a” e “b” do item 9.2, os quais não terão as validades limitadas, porém, deverão estar regulares conforme determina os órgãos expedidores.

9.13 - Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste título, será inabilitado e o **PREGOEIRO** examinará as ofertas subsequentes e a qualificação da licitante seguinte, na ordem de classificação, até a seleção daquela que atenda ao Edital, e cujo ofertante, uma vez preenchidas as condições de habilitação, será declarado vencedor.

9.14 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

9.15 - Não serão aceitos protocolos e/ou solicitações de substituições de documentos àqueles exigidos no presente Edital e seus anexos.

10. CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:

10.1. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado à Rua Coronel Madureira, nº 77 – Centro – Saquarema – RJ, durante o expediente normal do órgão licitante, no seguinte



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

horário de segunda a sexta das 9:00 às 16:30 horas, ou ainda, através do Portal de Compras e Licitações através do link: <http://licitacoes.saquarema.rj.gov.br>

10.2. O EDITAL estará disponível para download em sua íntegra através do Portal de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saquarema através do link <http://licitacoes.saquarema.rj.gov.br>

10.3. O EDITAL será publicado em conformidade com a legislação vigente.

11. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

11.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.1.1. A pretensão referida no subitem 11.1. poderá ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do subitem 10.1. ou pelo email: licitacao@saquarema.rj.gov.br.

11.1.2. Dúvidas poderão ser equacionadas pelo telefone (22) 2655-6400, Ramal 215, ou através de correio eletrônico: licitacao@saquarema.rj.gov.br.

11.1.3. Os esclarecimentos deverão ser prestados por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às partes interessadas.

12. PROVIDÊNCIAS / IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

12.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório do pregão e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

12.1.1. A petição deverá ser protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Saquarema na Rua Coronel Madureira, nº 77, Sala 211, Centro, Saquarema – RJ, ou através



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

de correio eletrônico: licitacao@saquarema.rj.gov.br dirigida ao pregoeiro, dentro do horário de 09:00 às 16:30.

12.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório do pregão do prazo indicado por lei, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

12.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige desde que implique em modificação(ões) do ato convocatório do PREGÃO, além da(s) alteração(ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame

13. DO CREDENCIAMENTO

13.1 - No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, o proponente deverá comprovar que detém poderes para a formulação de propostas e para a prática dos atos relativos ao certame, apresentando-se junto ao PREGOEIRO munido de documento que o credencie.

13.2 - A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes, para análise pela Comissão de Pregão Presencial e Pregão Eletrônico.

13.3- O representante a ser credenciado deverá ser distinto e único para cada licitante e comparecerá à sessão munido dos seguintes documentos:

a) Cópia e original da Carteira de identidade ou de qualquer outro documento com foto, reconhecido e devidamente inscrito no Órgão a que pertence;

b) Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado. Em se tratando de sociedade comercial ou sociedade por ações, deve estar acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

b.1) No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>;



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

b.2) No caso de Sociedade Civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

b.3) Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

c) Procuração pública ou particular com firma reconhecida ou **CRENCIAMENTO conforme o ANEXO II – MODELO**, exceto quando o representante a ser credenciado pelo licitante possuir poderes de representação da mesma, independente de autorização de outrem, constante dos documentos previsto no item “b”;

d) O licitante deverá apresentar a declaração em atendimento ao inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 (ANEXO III - MODELO), será indispensável a apresentação da referida Declaração, sob pena de inaptidão para participar do certame;

e) O licitante enquadrado na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI deverá apresentar:

e.1) Declaração de enquadramento de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ANEXO IV - MODELO);

e.2) Declaração ou Documento congênere que confirme o enquadramento declarado pela empresa na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, registrada no respectivo órgão de registro público (JUCERJA);

e.3) O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar a Declaração ou Documento Congênere exigido no subitem “e.2” deste item, poderá, a critério do PREGOEIRO, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for positiva, o mesmo receberá o benefício previsto na alínea “e” deste item.

13.4 - Será realizada consulta junto ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual e Federal para verificação dos impedimentos.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

13.5- A ausência dos documentos arrolados no item 13.3 alíneas “a” e “c” não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na sessão, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

13.6- A ausência dos documentos arrolados no item 13.3 alínea “b” e “d”, decairá o direito de participar das fases seguintes do certame e, a ausência do documento arrolado no item 13.3 alínea “e” decairá o direito do uso das prerrogativas estabelecidas na Lei Federal 123/06.

14. DA SESSÃO DO PREGÃO E RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (A) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B):

14.1 - No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada sessão pública para recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, munidos dos documentos constantes no item 13 e subitens.

14.2 - O PREGOEIRO declarará aberta a sessão e receberá dos licitantes os documentos pertinentes ao CREDENCIAMENTO dos participantes e os envelopes de PROPOSTA DE PREÇOS e HABILITAÇÃO.

14.3 - A apresentação da proposta vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

14.4 - O CREDENCIAMENTO, será tolerante em 15 (quinze) minutos da hora da abertura da sessão, transcorrido este prazo, não serão credenciados novos licitantes nem recebidos envelopes sob nenhuma justificativa.

14.5 - A Administração não se responsabilizará por envelopes que não sejam entregues ao PREGOEIRO designado, no local, data e horário definidos neste Edital.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

14.6 - Em hipótese alguma o PREGOEIRO receberá envelopes que não estejam lacrados ou que estejam apenas grampeados, sob pena de invalidação da proposta;

14.7 - Falhas meramente formais poderão, em qualquer momento do certame, após a análise, serem sanadas pelo PREGOEIRO, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.

14.8 - Em seguida, dar-se-á início à abertura dos envelopes de **PROPOSTA DE PREÇOS** para classificação.

15. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (A):

15.1. - Compete o Pregoeiro proceder à abertura dos ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS (A), conservando intactos os ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) e sob a guarda da Comissão de Pregão / ÓRGÃO LICITANTE.

15.2 - Após abertas as propostas, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

15.3 Qualquer discordância entre a descrição contida na **PROPOSTA DE PREÇOS** e o **TERMO DE REFERÊNCIA**, nos itens, considerar-se-á a especificação contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)**, sob pena de desclassificação em caso de desconformidade

16. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

16.1. O PREGOEIRO examinará as PROPOSTAS DE PREÇOS sempre levando em conta as exigências fixadas no item 7 e subitens, combinado com o item 8 e subitens.

16.2. Definidas as PROPOSTAS DE PREÇOS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, o Pregoeiro elaborará a classificação provisória das mesmas, sempre em obediência ao critério do **menor preço por item.**



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

17. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

17.1. Será desclassificada a PROPOSTA DE PREÇOS que:

- a) deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
- b) apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- d) apresentar item(s) com preço(s) manifestamente inexequível(is), nos termos do item 19 e subitens.
- e) apresentar item(ns) com preço(s) simbólico(s) ou de valor(es) zero;
- f) deixar de entregar a amostra, quando exigida.

18. DEFINIÇÃO DAS PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS:

18.1. Será declarada classificada, pelo Pregoeiro, a proposta do licitante que ofertar o menor preço, conforme critério de julgamento indicado no preâmbulo deste Edital, bem como as propostas com preço até 10% (dez por cento) superior àquele, conforme disposto no inciso XVIII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002.

18.2. Não havendo pelo menos três propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará a menor proposta e três melhores propostas subsequentes, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

19. OFERECIMENTO / INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS:

19.1- O PREGOEIRO convidará os licitantes classificados, individualmente e de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

19.2 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

19.3 - Para a classificação de propostas iniciais com preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

19.4- A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do licitante da continuidade da etapa de lances e a manutenção do último preço apresentado, para efeito de posterior ordenação das propostas.

19.5- O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando, convocadas pelo **PREGOEIRO**, todos os licitantes classificados ou convidados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

19.6- Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, ainda que seja a única formulada, e o valor praticado no mercado, podendo o PREGOEIRO negociar diretamente com o proponente.

19.6.1 - Caso haja necessidade, o **PREGOEIRO** poderá reagendar uma nova data para a continuação do certame.

19.7 - Da Exequibilidade dos Preços:

19.7.1 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o **PREGOEIRO** examinará a aceitabilidade daquela classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

19.7.1.1 - Para fins de aceitabilidade da oferta, o **PREGOEIRO** deverá analisar o preço, em conformidade com a quantidade e a estimativa definida pela Administração, observado o critério de julgamento estabelecido neste Edital.

19.7.2 - Caso o **PREGOEIRO** entenda que o preço é inexequível, fica estabelecido o prazo de até 2 (dois) dias úteis, para que o licitante demonstre a exequibilidade do seu preço através de documentos comprobatórios. Se for confirmada a inexequibilidade, o **PREGOEIRO** convocará o próximo licitante melhor classificado, obedecida a ordem de classificação das ofertas até a apuração de uma que atenda as condições estabelecidas neste Edital.

19.7.3 - Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

- a) Notas fiscais emitidas pela licitante com preços semelhantes; e/ou
- b) contratação em andamento com preços semelhantes.

19.7.4 - O licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo **PREGOEIRO**, e que não demonstre posteriormente a sua exequibilidade, sujeita-se às sanções administrativas pela não manutenção da proposta, inclusive multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta originária, sem prejuízo de outras sanções como aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, além das demais cominações legais, observadas a ampla defesa e o contraditório.

20. DA ANÁLISE DE AMOSTRAS:

20.1. Será exigido amostra para a licitante que ofertar o menor preço para os itens 15 (quinze), 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete).

20.2. A entrega de amostra faz-se necessário para garantir que o material fornecido seja padronizado e de qualidade, e que atenda às especificações contidas no Termo de Referência – ANEXO I.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

20.3. O licitante de melhor proposta terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o envio das amostras, após solicitação do pregoeiro.

20.4. As amostras não fazem parte do montante final, portanto, não devem ser descontadas da quantidade total a ser enviada.

20.5. A amostra, aprovada ou não, deverá ser retirada pelo licitante em até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação ou recusa da mesma. Caso não seja retirada pelo licitante, a amostra será descartada.

20.6. Será recusado o material da licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido.

20.7 O material final entregue deverá estar idêntico à amostra aprovada. Caso a Contratante constate qualquer divergência entre o material aprovado na amostra e o quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir os itens às suas expensas.

20.8. Salvo se licitante classificada em primeiro lugar para os demais itens, o pregoeiro só procederá a análise de habilitação dos itens 15 (quinze), 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) após a aprovação das amostras. (Acórdão 808/2003 – Plenário/TCU).

20.9 A análise das amostras será divulgada no site oficial da PMS (<http://licitacoes.saquarema.rj.gov.br>) para acompanhamento de todas as licitantes em até 03(três) dias úteis da data máxima fixada para recebimento das amostras.

21. DA HABILITAÇÃO APÓS LANCES:

21.1 - Encerrada a etapa competitiva, o **PREGOEIRO** procederá à análise da documentação constante do envelope de **HABILITAÇÃO** da(s) licitante(s) detentora(s) da(s) proposta(s)



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital em conformidade aos itens 7 e 9 e subitens.

21.2 - Verificado o atendimento à todas as condições de habilitação em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances, a empresa será declarada VENCEDORA do item e o Pregoeiro poderá convidá-lo a novas negociações.

21.3 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atendam todas as exigências.

22. RECURSO ADMINISTRATIVO:

22.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso.

22.2 - Aos demais licitantes, independentemente de intimação, será concedido igual prazo para apresentação de contrarrazões, o qual começará a contar a partir do término do prazo concedido ao recorrente.

22.3 - O encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária, e devidamente protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Saquarema, das 09:00 às 16:30h, na Rua Coronel Madureira, nº 77, Sala 211, Centro, Saquarema – RJ, ou encaminhada por e-mail eletrônico licitacao@saquarema.rj.gov.br, dirigida ao pregoeiro.

22.4 - A ausência da comprovação de legitimidade para a interposição do recurso importará no desprovimento do mesmo, podendo a Administração Pública conhecer as razões recursais, mesmo diante do desprovimento.

22.5 - O licitante poderá apresentar as razões do recurso na própria sessão do pregão, as quais serão reduzidas a termo pelo PREGOEIRO na respectiva ata.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

22.6 - Após o término da sessão será assegurada vista imediata dos autos a todos os licitantes.

22.7 - Os recursos serão dirigidos ao PREGOEIRO, que reconsiderando ou não a sua decisão, os encaminhará devidamente informados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Procuradoria Jurídica e após parecer será encaminhado à Autoridade Superior para decisão.

22.7- A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, quanto ao resultado do certame, importará a decadência do direito de interposição de recurso.

22.8 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

23. ADJUDICAÇÃO:

23.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte, da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo o Pregoeiro adjudicar o(s) objeto(s) do certame à(s) proponentes(s) vencedora(s).

23.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

24. HOMOLOGAÇÃO:

24.1. Compete à autoridade competente homologar o PREGÃO.

24.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o contrato e/ou instrumento equivalente, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

25. CONTRATAÇÃO:

25.1. O(s) item(ns) objeto(s) deste PREGÃO será(ão) contratado(s) com a(s) proponente(s) adjudicatária(s) e formalizado(s) por meio de contrato (s) e/ou instrumentos equivalente. Não sendo celebrado(s) com esta(s), poderá o órgão licitante convocar a(s) outra(s) proponente(s) classificada(s), para efeito de aplicação das determinações consubstanciadas no item 21 do EDITAL, observada a previsão contida no inciso XXIII do artigo 4º da Lei nº 10.520/02.

25.1.1. A(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) comparecer para assinatura do(s) contrato(s) e/ou instrumentos equivalentes no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data da(s) convocação(ões) expedida(s) pela Secretaria de origem.

25.1.2. A(s) convocação(ões) referida(s) pode(m) ser formalizada(s) por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento, nos termos do subitem

25.1.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE. Não havendo decisão, a assinatura do contrato e/ou instrumento equivalente deverá ser formalizada até o 10º dia, contado da data da convocação.

25.2. Não sendo possível a consulta via Internet, e as certidões apresentadas para habilitação ou aquelas integrantes do cadastro estiverem vencidas, a(s) proponente(s) adjudicatária(s) será(ão) devidamente notificada(s) para, até a data da celebração do(s) contrato(s), comprovar(em) a(s) exigência(s) referida(s).

25.3. A recusa injustificada de assinar o contrato ou aceitar / retirar o instrumento equivalente, observado o prazo estabelecido, bem como deixar de apresentar situação regular na forma dos subitens caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas no item 29 e subitens.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

26. ENTREGA / RECEBIMENTO DO(S) ITEM(NS) E/OU SERVIÇOS OBJETO(S) DO PREGÃO:

26.1. O(s) fornecimento(s) e/ou serviços objeto(s) deste PREGÃO será(ão) executados (s) em perfeita(s) condição(ões), nos exatos termos da contratação levada a efeito, sem qualquer despesa adicional, em até 07 (sete) dias corridos após a expedição da ordem de entrega pela secretaria requisitante.

26.2. Em caso de diferença de quantidade, fica a CONTRATADA obrigada a providenciar sua complementação no prazo que será estipulado, contados da notificação a ser expedida pela CONTRATANTE; sob pena de incidência nas sanções capituladas no item 29 e subitens deste EDITAL.

26.3. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da(s) proponente(s) adjudicatária(s), nos termos das prescrições legais.

26.4. O objeto será recebido na forma do art. 73, e seguintes da Lei Federal 8.666/93

27. CONDIÇÕES, DATA E LOCAIS DE EXECUÇÃO:

27.1. O(s) fornecimento(s) e/ou serviços(s) objeto(s) deste PREGÃO será(ão) executado(s) nos exatos termos do termo de referência (anexo I) deste edital.

27.2. Em caso de irregularidades na execução do serviço e/ou fornecimento ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento deverá ser contado à partir da correspondente regularização.

28. PAGAMENTO:

28.1. O pagamento será efetuado por intermédio da Tesouraria do Município, à vista da nota fiscal apresentada quando da execução do objeto, devidamente atestada, até o 30º (trigésimo) dia subsequente ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do(s) mesmo(s), sempre de acordo com a ordem cronológica de sua exigibilidade.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

28.1.1. Em caso de irregularidade(s) no(s) item(s) do(s) objeto(s) executado(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

28.1.2. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

28.1.3. O valor do pagamento eventualmente efetuado com atraso sofrerá a incidência de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado pró rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança e a data do efetivo pagamento.

28.1.4. O valor do pagamento eventualmente antecipado será descontado pela aplicação da taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado "pró rata die" entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

29.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

29.2. A aplicação da penalidade indicada não impossibilitará a incidência das demais combinações legais contempladas na Lei nº 8.666/93.

29.3. Independentemente da aplicação da(s) penalidade(s) retro indicada(s), a(s) proponente(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência.

29.4. Para efeito de aplicação de qualquer penalidade, são assegurados a defesa prévia e o contraditório.

29.5. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor total do contrato, por um período máximo de 30 (trinta) dias úteis;



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

29.5.1. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, depois de esgotado o prazo fixado na alínea anterior;

30. DISPOSIÇÕES GERAIS:

30.1. As normas disciplinadoras deste PREGÃO serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do futuro contrato.

30.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste PREGÃO, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão.

30.3. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato / fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida com comunicação prévia do Pregoeiro.

30.4. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

30.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis a exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.

30.6. A(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.

30.7. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

30.8. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do PREGÃO.

30.9. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, registrados em contrato, salvo a supressão resultante de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

30.10. A adjudicação do(s) item (ns) e/ou serviços objeto(s) deste PREGÃO não implicará em direito à contratação.

30.11 É facultado ao PREGOEIRO ou à autoridade superior, no interesse da Administração:

- a) Em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;
- b) Solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões;
- c) Sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no credenciamento, na proposta e na documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

30.12. Este Edital e seus Anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) proponente(s) adjudicatária(s), farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.

30.13. O(s) envelope(s) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO daquela(s) proponente(s) não vencedora(s) do PREGÃO deverá ser retirado no endereço apontado no subitem 10.1, depois de celebrado o contrato

30.14. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo Pregoeiro, com base na legislação específica, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

30.15. O edital e seus anexos serão entregues por meio magnético, ao interessado que vier retirar presencialmente o edital.

30.16. Serão competentes o foro da Comarca de Saquarema, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para solução de questões oriundas deste PREGÃO.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

30.17. Fazem parte integrante deste Edital

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Credenciamento (Modelo);

Anexo III - Declaração que o proponente cumpre os requisitos de habilitação (Modelo);

Anexo IV - Declaração de Enquadramento como ME ou EPP;

Anexo V - Proposta de Preços;

Anexo VI - Preços máximo sugerido pela Administração;

Anexo VII - Declaração de inexistência de fatos impeditivos ou supervenientes (Modelo);

Anexo VIII - Declaração nos termos da Lei Federal nº 9854/99 (Modelo);

Anexo IX - Minuta de Contrato (Modelo);

Saquarema, 17 de agosto de 2023.

Elaborado por:

GUILHERME CASTRO
Diretor Adjunto de Licitações

De acordo:

Daniele Borges dos Santos Vignoli
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO DO DEMANDANTE

Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, localizada na Avenida Saquarema, nº 4.299, bloco I, Porto da Roça II, Saquarema/RJ, CEP: 28.994-711, Prefeitura Municipal de Saquarema.

2. DO OBJETO

2.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de uniformes e instrumentos musicais destinados às oficinas de capoeira para atender aos CRAS na reintegração da família e fortalecimento de vínculos, de acordo com as especificações e quantitativos relacionados abaixo.

2.2 INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Deverá ser considerada juntamente com o que se estipula neste documento, toda a legislação própria das categorias objeto desta contratação, inclusive as Leis Federais nº 8.666/93, nº 10.520/02 e Lei complementar 123/06 e decreto municipal nº 694/2008 e nº 1.150/2011.

2.3 CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Os bens objetos desta licitação enquadram-se na categoria de bens comuns, que trata a Lei nº 10.520/2002, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado. A contratação objetiva, por fim, respeitada a isonomia entre os licitantes, selecionar a proposta mais vantajosa para administração, que garanta a boa qualidade dos produtos a custo mais reduzidos, contribuindo para a diminuição dos gastos governamentais.

2.4 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

O critério para aceitação do objeto deverá estar de acordo com o Art. 73 e 74 da Lei 8.666/93.

2.5 DAS AMOSTRAS

2.5.1. O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar amostra dos subitens 15 (quinze), 16 (dezesesseis) e 17 (dezessete) constantes no item 4 (quatro), especificações técnicas do objeto.

2.5.2. A entrega de amostra faz-se necessário para garantir que o material fornecido seja padronizado e de qualidade, e que atenda às especificações contidas neste Termo de Referência.

2.5.3. O licitante de melhor proposta terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para o envio das amostras, após solicitação do pregoeiro.

2.5.4. As amostras não fazem parte do montante final, portanto, não devem ser descontadas da quantidade total a ser enviada.

2.5.5. A amostra, aprovada ou não, deverá ser retirada pelo licitante em até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação ou recusa da mesma. Caso não seja retirada pelo licitante, a amostra será descartada.

2.5.6. Será recusado o material da licitante que tiver amostra rejeitada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido.

2.5.7 O material final entregue deverá estar idêntico à amostra aprovada. Caso a Contratante constate qualquer divergência entre o material aprovado na amostra e o quantitativo entregue, a Contratada deverá substituir os itens às suas expensas.

3. JUSTIFICATIVA

Segundo a Lei 12.435/2011 a organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

e, como base de organização, o território. É importante o entendimento de que a assistência social compõe a seguridade social e, portanto, é constituinte de um sistema de proteção social onde tem por referência o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), que é uma unidade pública municipal, de base territorial localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, e tem por finalidade garantir a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover e possibilitar garantia de direitos afim de contribuir na melhoria de sua qualidade de vida, fortalecendo assim vínculos familiares e comunitários.

É relevante entender que o CRAS tem por objetivo potencializar o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades, bem como, acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais. Atualmente o Município de Saquarema dispõe de 06 (seis) unidades de atendimento CRAS, são eles: CRAS Jaconé, CRAS Sampaio Corrêa, CRAS Rio de Areia, CRAS Raia, CRAS Bonsucesso e CRAS Porto da Roça.

A aquisição de roupas e instrumentos musicais destinados às oficinas de capoeira visa atender os CRAS na reintegração da família e fortalecimento de vínculos, favorecendo a aprendizagem de regras, interação, recreação, socialização e disciplina na vida dos usuários do serviço socioassistencial, prestado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O desenvolvimento deste projeto visa ampliar o acesso a crianças e adolescentes assistidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, através de um processo de aprendizagem, conjugado com o esporte e o bem estar dos usuários, possibilitando vivências múltiplas nas atividades em questão, a fim de proporcionar um desenvolvimento harmonioso e global de todos, respeitando sempre os seus estágios de crescimento e desenvolvimento.

Neste intento, o objetivo estabelecido é o de ampliar e qualificar o acesso ao esporte e ao lazer, prezando sempre pela qualidade de vida de todos os usuários assistidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

O objeto deverá anteder as seguintes especificações e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho P, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 40 cm de largura.	Unid.	150
02	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho M, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 42 cm de largura.	Unid.	160
03	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho G, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 44 cm de largura.	Unid.	160
04	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho P (8 a 10 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	300
05	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho M (11 a 12 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	300
06	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho G (13 a 14 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	300
07	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho P, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	150
08	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho M, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	160
09	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho G, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	160



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

10	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho P (8 a 10 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	300
11	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho M (11 a 12 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	300
12	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho G (13 a 14 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	300
13	Corda trançada de polipropileno redondo, 4mm de espessura de cor verde claro para cordéis.	Metro	2.000
14	Corda trançada de polipropileno redondo, 4mm de espessura de cor verde escuro para cordéis.	Metro	2.000
15	Berimbau Viola completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21
16	Berimbau Médio completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21
17	Berimbau Gunga completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21
18	Atabaque de madeira com couro de boi e amarrações de corda, altura aproximada de 60 cm.	Unid.	63
19	Pandeiro de madeira 10"; pele de couro; 5 jogos de pratinelas.	Unid.	63
20	Agogô duplo médio de ferro cromado com baqueta, Comprimento x Largura x Altura: 30 cm x 10 cm x 30 cm.	Unid.	63
21	Reco-reco de Bambu, comprimento: 30cm, ranhuras médias de um lado e pequenas do outro, com alça de mão e 2 (duas) baquetas de bambu.	Unid.	63
22	Aparador de chutes, fabricado em lona sintética reforçada, enchimento em E.V.A., com duas regulagens para o braço e apoio para o antebraço, fechamento dos fechos em velcro, com dimensões mínimas de 40x20x09 cm.	Unid.	70
23	Tatame em E.V.A 100x100x2cm	Unid.	180



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao custeio de que se trata este Termo de Referência ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso
08.244.0030.2.243.000	3.3.90.30.51	166000
08.244.0030.2.243.000	3.3.90.32.02	170401

6. VALOR ESTIMADO

O valor total para a aquisição do bem a ser adquirido, constará dos autos, a partir da pesquisa de preços a ser oportunamente realizada pelo Departamento de Compras desta Municipalidade.

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

7.1. No preço da aquisição destes produtos deverão estar embutidos, todos os custos referentes ao deslocamento até o local de entrega, manutenção, seguros, taxas e impostos.

7.2. A empresa responsável pelo fornecimento dos produtos, será responsável por todos os prejuízos que possa causar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, decorrentes de negligências do não atendimento das nossas solicitações no prazo estabelecido no item incorrendo, neste caso em multas a serem aplicadas conforme as legislações vigentes.

7.3. O(s) produto(s) a serem disponibilizados e especificados no item 4 (quatro) deste Termo de Referência, deverá estar em perfeitas condições de uso, caso contrário, a Contratada deverá providenciar imediata substituição, sem qualquer custo adicional dentro do período de garantia do(s) produto(s).



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

7.4. A penalidade pelo não atendimento da solicitação feita por esta Secretaria com relação a defeito(s) do(s) produto(s) para execução dos serviços no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, implicará em uma multa na forma estabelecida no contrato.

7.5. Os itens especificados neste termo, classificam-se como comum e deverão ser fornecidos a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de forma parcelada de acordo com quantidades solicitadas no termo de autorização de entrega.

8. CONDIÇÕES DE GARANTIA

As condições de garantia do(s) produto(s) seguem de acordo com a **Lei Federal Nº [8.078, de 11 de setembro de 1990](#), especificamente em seus artigos 18 e 26.**

9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal, devidamente atestada por, no mínimo, 2 (dois) servidores designados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, ora Contratante, a partir da efetiva entrega do objeto em tela (mediante o recebimento definitivo dos bens).

10. MODO / PRAZO / LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO / CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

10.1. O objeto deverá ser fornecido, no prazo máximo de 7 (sete) dias corridos, a contar da efetiva ciência quanto à ordem para entrega do mesmo, somente será aceito se atender a todas as especificações técnicas estabelecidas no item 4 (quatro) do presente Termo de Referência.

10.2. Nesse prazo, a Contratada deverá enviar os bens contratados, conforme as condições definidas neste Termo de Referência.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

10.3. O lugar de entrega dos bens, dar-se-ão em dias úteis, de forma **integral** no horário das 9h às 16h, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, estabelecida na Avenida Saquarema, nº 4.299, Porto da Roça – Saquarema/RJ, e será acompanhada pelo fiscal do Contrato.

10.4. Os objetos serão armazenados individualmente de forma que não permitam a deterioração do material e que facilite o acesso no momento da utilização, sempre zelando pela conservação dos objetos.

11. RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto pretendido será recebido de forma provisória pelo fiscal responsável do contrato a ser firmado com a empresa licitante vencedora do certame de forma a analisar minuciosamente os bens entregues. Após análise, caso os bens estejam em ordem com o que foi solicitado neste Termo de Referência (ver item 4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO) o fiscal receberá os mesmos de forma definitiva, caso contrário poderá recusar o seu recebimento definitivo.

11.2. Todas as condições de recebimento ou não dos bens pretendidos decorreram de acordo com os Arts. 73, 74, 75 e 76 da Lei Federal 8.666/93.

11.3. Ressaltamos ainda, caso o valor dos bens pretendidos seja superior ao limite estabelecido para a modalidade convite, o recebimento dos mesmos, será efetuado por uma comissão de no mínimo 3 (três) membros, conforme descrito no Art. 15 § 8º da Lei federal 8.666/93.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

12.2. Verificar se o objeto está de acordo com as especificações constantes no item 4 (quatro) deste Termo de Referência.

12.3. Notificar à Contratada de quaisquer irregularidades encontrada(s) no(s) produto(s) que impossibilite(m) sua utilização.

12.4. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido.

12.5. Empenhar, para cumprimento do contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento.

12.6. Efetuar a inspeção padrão do(s) produto(s) após a assinatura do contrato, de acordo com às condições e especificações pactuadas neste Termo de Referência.

12.7. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12.8. Notificar previamente o Contratada, quando da aplicação de penalidades.

12.9. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto pretendido, por intermédio de servidor designado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social como fiscal de contrato. O mesmo deverá atestar o recebimento do objeto, nas condições deste Termo de Referência.

12.10. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Termo de Referência e todo o mais



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou modificação das obrigações.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Fornecer os produtos deste Termo de Referência de acordo com à solicitação da ordem de entrega dos bens especificados, atendendo as necessidades da Contratante, a qual servirá de subsídio para emissão da nota fiscal.

13.2. Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação.

13.3. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

13.4. Ser o único responsável, em qualquer caso, por todos os ônus tributários Federais, Estaduais e Municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita efetivação do objeto contratual, estendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

13.5. Ser o único, integral e exclusivo responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a terceiros, provenientes do fornecimento do(s) produto(s), respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do Poder Público licitante.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

13.6. Fornecer e executar o objeto do presente Termo rigorosamente no prazo pactuado, mediante requisição da ordem de entrega dos bens, assim como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo presente Termo e pela legislação aplicável.

13.7. Manter, durante a futura execução contratual, quando for o caso, as condições de habilitação e qualificação exigidas em eventual edital em compatibilidade com as obrigações assumidas.

13.8. Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste Termo.

13.9. Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que o(s) produto(s) vier(m) causar à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

13.10. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

13.11. Cientificar, imediatamente, à fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social qualquer ocorrência anormal durante a execução contratual.

13.12. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos bens entregues, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

13.13. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

13.14. Havendo necessidade, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta, na forma do preceituado do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O gestor do contrato e/ou fiscal do contrato será(ão) designado(s) pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para os fins do disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93. Porém, não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implica em corresponsabilidade da Secretaria Contratante ou de seus agentes e prepostos, salvo quanto a estes, se decorrente de ação ou omissão funcional, apurada na forma da legislação vigente.

14.2. Ficará a cargo do fiscal de contrato, fiscalizar as condições e o gerenciamento da entrega. O mesmo deverá atestar se o(s) produto(s) adquirido(s) está(ão) de acordo com as quantidades e especificações solicitadas neste Termo de Referência (item 4), assim como atentar para o prazo de entrega, de forma que os bens sejam entregues dentro e do prazo estipulado (item 10).

14.3. Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente Processo Administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto licitado, desde que não acarrete ônus para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou modificação da contratação.

14.4. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deverão ser solicitadas formalmente pela empresa contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

14.5. A empresa contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao fiel cumprimento de suas obrigações nos termos do contrato a ser firmado.

14.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratual, às implicações próximas e remotas perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução do objeto licitado e adjudicado não implicará corresponsabilidade desta Secretaria ou de seus prepostos, devendo, ainda, a empresa contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, ao Poder Público licitante, dos prejuízos apurados e imputados a falhas na execução do objeto adjudicado.

15. SANÇÕES APLICÁVEIS

15.1. Serão aplicadas as sanções contratuais sobre as condutas típicas, caso ocorram, observando-se as disposições contidas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. A multa estabelecida será de acordo com: art. 86 a 88, da Lei nº 8.666/93; Art. 55, VII, Lei n. 8.666/93 e Art. 80, III n. 8.666/93.

15.3. A aplicação de qualquer penalidade por parte da Administração Pública realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada.

15.4. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Saquarema reserva-se no direito de não receber o objeto que esteja em desacordo com as especificações e condições constantes deste instrumento, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o contrato e aplicar o disposto no art. 24, XI da Lei Federal nº. 8.666/93.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

16. DA MULTA APLICÁVEL

16.1. Em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela Contratada, no todo ou em parte, a mesma ficará sujeita às sanções previstas no art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- a) 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;
- b) pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;
- c) pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material;
- d) pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;
- e) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

16.2. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitando a 10% (dez por cento) do valor contrato, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

16.3. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

16.4. A Contratante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da dispensa, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contínuos e começará a contar a partir do 1º (primeiro) dia útil seguinte ao da data da celebração do instrumento contratual.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

18. DO REAJUSTE

18.1. O reajuste poderá ser processado anualmente, sendo o primeiro concedido depois de transcorrido 12 (doze) meses data de assinatura deste Termo. O índice de reajuste será de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos últimos 12 (doze) meses. Fundamenta-se tal critério tendo como base o Artigo 40 caput e Inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

19. MEMÓRIA DE CÁLCULO

19.1. O quantitativo dos objetos constantes no item 4 deste Termo, são referentes aos usuários das oficinas dos CRAS que atendem aproximadamente 690 pessoas em vulnerabilidade social e a distribuição dos uniformes será de duas unidades para cada usuário. É relevante considerar que esse público é flutuante.

Anexo I - Memória de Cálculo

Elaborado por:

Claydson Silva de Assis Faria

Assistente Administrativo

Mat. 8085-1

De acordo:

Daniele Borges dos Santos Vignoli

Secretária de Desenvolvimento Social

Mat. 87811-1



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO I - DO TERMO DE REFERÊNCIA

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CRAS JACONÉ	CRAS SAMPAIO	CRAS RIO DE AREIA	CRAS RAIA	CRAS BONSUCESSO	CRAS PORTO DA ROÇA	TOTAL
1	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho P, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 40 cm de largura.	Unid.	15	25	15	50	15	30	150
2	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho M, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 42 cm de largura.	Unid.	20	30	20	50	20	20	160



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

3	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho G, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 44 cm de largura.	Unid.	20	30	20	50	20	20	160
4	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho P (8 a 10 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	30	50	30	100	30	60	300
5	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho M (11 a 12 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	30	50	30	100	30	60	300



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

6	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho G (13 a 14 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	30	50	30	100	30	60	300
7	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho P, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	15	25	15	50	15	30	150
8	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho M, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	20	30	20	50	20	20	160
9	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho G, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	20	30	20	50	20	20	160
10	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho P (8 a 10 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada,	Unid.	30	50	30	100	30	60	300



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

	composição 100% algodão.									
11	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho M (11 a 12 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	30	50	30	100	30	60	300	
12	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho G (13 a 14 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	30	50	30	100	30	60	300	
13	Corda trançada de polipropileno redondo, 4mm de espessura de cor verde claro para cordéis.	Metro	300	300	300	500	300	300	2000	
14	Corda trançada de polipropileno redondo, 4mm de espessura de cor verde escuro para cordéis.	Metro	300	300	300	500	300	300	2000	
15	Berimbau Viola completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	3	3	3	6	3	3	21	
16	Berimbau Médio completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm;	Unid.	3	3	3	6	3	3	21	



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

	acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.								
17	Berimbau Gunga completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	3	3	3	6	3	3	21
18	Atabaque de madeira com couro de boi e amarrações de corda, altura aproximada de 60 cm.	Unid.	10	10	10	13	10	10	63
19	Pandeiro de madeira 10"; pele de couro; 5 jogos de pratinelas.	Unid.	10	10	10	13	10	10	63
20	Agogô duplo médio de ferro cromado com baqueta, Comprimento x Largura x Altura: 30 cm x 10 cm x 30 cm.	Unid.	10	10	10	13	10	10	63
21	Reco-reco de Bambu, comprimento: 30cm, ranhuras médias de um lado e pequenas do outro, com alça de mão e 2 (duas) baquetas de bambu.	Unid.	10	10	10	13	10	10	63
22	Aparador de chutes, fabricado em lona sintética reforçada, enchimento em E.V.A., com duas	Unid.	10	10	10	20	10	10	70



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

	regulagens para o braço e apoio para o antebraço, fechamento dos fechos em velcro, com dimensões mínimas de 40x20x09 cm.								
23	Tatame em E.V.A 100x100x2cm	Unid.	30	30	30	30	30	30	180



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO II

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO: 4444/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2023

CRENCIAMENTO

Por este instrumento particular, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº representada neste ato por seu(s) qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)....., portador(a) da cédula de identidade RG nº e CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao Pregão Presencial nº 052/2023, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do convite inclusive apresentar, os envelopes e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (B) PROPOSTA DE PREÇOS (A) em nome da Outorgante, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo presidente, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

Saquarema, ** de ***** 2023

Assinatura/Carimbo Sócio Administrador

OBS.: *O Credenciamento deverá ser apresentado junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes, apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinado pelo sócio administrador da empresa.*



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO III

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO: 4444/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° XXX/2023

....., inscrita no CNPJ
n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
portador(a) da Carteira de Identidade n° e do CPF n° em atenção ao disposto no art. 4º, VII,
da Lei Federal n° 10.520/02, declara que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a
habilitação na licitação modalidade Pregão Presencial n° 052/2023. Declara, ademais, que
não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em
razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

.....
(data)

.....
(Assinatura/Carimbo Representante Legal)

OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, **fora dos envelopes**. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em **papel timbrado da licitante** e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO IV

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO: 4444/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2023

_____, com sede na _____ inscrita no CNPJ n° _____, vem por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ e do CPF n° _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que é _____ (MICRO EMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4° do art. 3° da Lei Complementar n° 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Saquarema, ** de **** de 2023

(Assinatura)

(Carimbo CNPJ)

OBS.: Esta declaração deverá ser apresentada junto com a documentação de credenciamento, fora dos envelopes. A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO V

PROPOSTA DE PREÇOS

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO: 4444/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2023

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADOS ÀS OFICINAS DE CAPOEIRA PARA ATENDER AOS CRAS NA REINTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**, conforme especificações contidas no **Processo Administrativo nº 4444/2023**. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, 60 (sessenta) dias, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho P, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 40 cm de largura.	Unid.	150			
02	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho M, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta,	Unid.	160			



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

	aproximadamente 42 cm de largura.					
03	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho G, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 44 cm de largura.	Unid.	160			
04	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho P (8 a 10 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	300			
05	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho M (11 a 12 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	300			
06	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho G (13 a 14 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	300			



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

07	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho P, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	150			
08	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho M, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	160			
09	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho G, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	160			
10	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho P (8 a 10 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	300			
11	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho M (11 a 12 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	300			
12	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho G (13 a 14 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	300			
13	Corda trançada de polipropileno redondo, 4mm de espessura de cor verde claro para cordéis.	Metro	2.000			



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

14	Corda trançada de polipropileno redondo, 4mm de espessura de cor verde escuro para cordéis.	Metro	2.000			
15	Berimbau Viola completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21			
16	Berimbau Médio completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21			
17	Berimbau Gunga completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21			
18	Atabaque de madeira com couro de boi e amarrações de corda, altura aproximada de 60 cm.	Unid.	63			
19	Pandeiro de madeira 10"; pele de couro; 5 jogos de pratinelas.	Unid.	63			
20	Agogô duplo médio de ferro cromado com baqueta, Comprimento x Largura x Altura: 30 cm x 10 cm x 30 cm.	Unid.	63			
21	Reco-reco de Bambu, comprimento: 30cm, ranhuras médias de um lado e pequenas do outro, com alça de mão e 2 (duas) baquetas de bambu.	Unid.	63			



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

22	Aparador de chutes, fabricado em lona sintética reforçada, enchimento em E.V.A., com duas regulagens para o braço e apoio para o antebraço, fechamento dos fechos em velcro, com dimensões mínimas de 40x20x09 cm.	Unid.	70			
23	Tatame em E.V.A 100x100x2cm	Unid.	180			

Valor total da proposta é de R\$ ****,***,** (*****)

Razão Social:

CNPJ:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:

(Assinatura/Carimbo Representante Legal)



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO VI

PREÇO MÁXIMO SUGERIDO PELA ADMINISTRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho P, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 40 cm de largura.	Unid.	150	R\$ 111,58	R\$ 16.737,00
02	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho M, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 42 cm de largura.	Unid.	160	R\$ 111,58	R\$ 17.852,80
03	Calça de capoeira ADULTO, cor: branca, tipo (abadá), tamanho G, 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo) na modelagem cintura alta, aproximadamente 44 cm de largura.	Unid.	160	R\$ 111,58	R\$ 17.852,80
04	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho P (8 a 10 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras	Unid.	300	R\$ 86,51	R\$ 25.953,00



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

	reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).				
05	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho M (11 a 12 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	300	R\$ 86,51	R\$ 25.953,00
06	Calça de capoeira INFANTIL, cor: branca, tipo (abadá), tamanho G (13 a 14 anos), 100% poliamida (helanca), corte reto, costuras reforçadas, sem bolso, 8 passadores, acabamento com reforço entre as pernas (gavião ou cavalo).	Unid.	300	R\$ 86,51	R\$ 25.953,00
07	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho P, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	150	R\$ 52,36	R\$ 7.854,00
08	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho M, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	160	R\$ 52,36	R\$ 8.377,60
09	Camisa branca para capoeira ADULTO, tamanho G, manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	160	R\$ 52,39	R\$ 8.382,40
10	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho P (8 a 10 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	300	R\$ 45,93	R\$ 13.779,00
11	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho M (11 a	Unid.	300	R\$ 45,93	R\$ 13.779,00



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

	12 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.				
12	Camisa branca para capoeira INFANTIL, tamanho G (13 a 14 anos), manga curta (t-shirt) com gola redonda sanfonada, composição 100% algodão.	Unid.	300	R\$ 45,93	R\$ 13.779,00
13	Corda trançada de polipropileno redondo, 4mm de espessura de cor verde claro para cordéis.	Metro	2.000	R\$ 19,35	R\$ 38.700,00
14	Corda trançada de polipropileno redondo, 4mm de espessura de cor verde escuro para cordéis.	Metro	2.000	R\$ 19,35	R\$ 38.700,00
15	Berimbau Viola completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21	R\$ 211,31	R\$ 4.437,51
16	Berimbau Médio completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21	R\$ 253,60	R\$ 5.325,00
17	Berimbau Gunga completo (Verga, cabaça e arame); altura aproximada de 145cm; acabamento envernizado; cor natural; acompanhando caxixi, dobrão e baqueta.	Unid.	21	R\$ 363,73	R\$ 7.638,33
18	Atabaque de madeira com couro de boi e amarrações de corda, altura aproximada de 60 cm.	Unid.	63	R\$ 852,75	R\$ 53.723,25
19	Pandeiro de madeira 10"; pele de couro; 5 jogos de pratinelas.	Unid.	63	R\$ 241,44	R\$ 15.210,72



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

20	Agogô duplo médio de ferro cromado com baqueta, Comprimento x Largura x Altura: 30 cm x 10 cm x 30 cm.	Unid.	63	R\$ 163,54	R\$ 10.303,02
21	Reco-reco de Bambu, comprimento: 30cm, ranhuras médias de um lado e pequenas do outro, com alça de mão e 2 (duas) baquetas de bambu.	Unid.	63	R\$ 115,32	R\$ 7.265,16
22	Aparador de chutes, fabricado em lona sintética reforçada, enchimento em E.V.A., com duas regulagens para o braço e apoio para o antebraço, fechamento dos fechos em velcro, com dimensões mínimas de 40x20x09 cm.	Unid.	70	R\$ 249,06	R\$ 17.434,20
23	Tatame em E.V.A 100x100x2cm	Unid.	180	R\$ 145,67	R\$ 26.220,60

Valor total estimado: R\$ 421.210,99 (quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e dez reais e noventa e nove centavos)



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO VII

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO: 4444/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2023

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS OU SUPERVENIENTES

A Firma/Empresa _____, sediada na rua _____ no _____(cidade), _____(estado), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.) sob o n° _____ por seu representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário, etc.), DECLARA, sob as penas da lei, a INEXISTÊNCIA de fatos supervenientes, que impossibilitem sua habilitação no Pregão Presencial n° XXX/2023, pois que continuam satisfeitas as exigências previstas no art. 27 da Lei n° 8.666/93 e alterações .

Saquarema ** de * * * * 2023

Assinatura / Carimbo Representante Legal

OBS.: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope habilitação, junto com os demais documentos.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO VIII

(COLAR LOGOMARCA DA EMPRESA)

PROCESSO: 4444/2023

PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2023

DECLARAÇÃO

(nos termos da Lei Federal n° 9854/99)

Eu, _____ (nome completo) representante legal da empresa
_____ (nome da pessoa jurídica) interessada em participar
no Processo licitatório n° 4444/2023, **Pregão Presencial n° 052/2023**, declaro, sob as
penas da Lei, que, nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 que a
referida empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho,
no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da
Constituição Federal.

Saquarema, * * de *** ***** de 2023

Assinatura/Carimbo Representante Legal

OBS.: Esta declaração deverá ser colocada dentro do envelope habilitação, junto com os demais documentos.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° _____

PREGÃO PRESENCIAL N° 052/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4444/2023

CONTRATO CELEBRADO PELO
MUNICÍPIO DE SAQUAREMA E PELA
EMPRESA _____, QUE TEM POR OBJETO
AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E
INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADOS
ÀS OFICINAS DE CAPOEIRA PARA
ATENDER AOS CRAS NA REINTEGRAÇÃO
DA FAMÍLIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob o nº. 14.936.217/0001-12, com sede na Av. Saquarema nº 4.299, Porto da Roça – Saquarema/RJ, 28.994-394, doravante denominado FMAS, representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, **Sra. Daniele Borges dos Santos Vignoli**, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. XXX e inscrita no CPF sob o nº. XXX

CONTRATADA: _____ inscrita no CNPJ (MF) n.º _____
localizada no (a) _____, representada pelo(a)
_____ Sr(a) _____ portador(a) da Cédula de Identidade n.º
_____ e CPF (MF) n.º _____ de acordo com a representação legal que lhe
é outorgada por _____.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

Pelo presente instrumento, devidamente autorizado pelo **Processo Administrativo nº 4444/2023**, e em conformidade ao **Pregão Presencial nº 052/2023**, regido pela Lei nº 8.666/93, CONTRATANTE e a CONTRATADA acima identificados, e pelos seus representantes no final qualificados, tem justo e acordado, por si e eventuais sucessores, a execução, pela segunda, do objeto abaixo descrito, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto desse contrato é a **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E INSTRUMENTOS MÚSICAIS DESTINADOS ÀS OFICINAS DE CAPOEIRA PARA ATENDER AOS CRAS NA REINTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS**. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto contratual, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este contrato, o Edital de **Pregão Presencial nº XXX/2023**, e seus anexos, como se nele estivessem transcritos. Os documentos referidos na presente cláusula são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e desta forma reger a execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de vigência deste contrato será de _____(_____) meses e o prazo para a entrega do objeto será de até _____(_____), contados a partir da autorização para o início da entrega, emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social ou pessoa por ela autorizada para este fim, sem qualquer interrupção, podendo ser alterado por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificações do objeto do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelo cumprimento do exposto na Cláusula Primeira o Contratante pagará à Contratada o valor de _____ (_____), para quantidade, totalidade e período, conforme especificado no anexo I (Termo de Referência).



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO – O pagamento será realizado, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) devidamente atestado(s) por 02 (dois)

CLÁUSULA QUARTA - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas nesta licitação e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à adjudicatária as seguintes sanções:

a) Advertência:

b) Multa de 1% (um por cento), calculada sobre o valor total do contrato (ou sobre o valor do empenho), no caso de o licitante não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratada promova sua reabilitação.

CLÁUSULA QUINTA - A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, com as cominações daí advindas nos termos do Art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93, além dos motivos previstos no Art. 78 do referido diploma legal.

CLÁUSULA SEXTA - É vedado à Contratada ceder, transferir ou subcontratar os serviços ou o contrato, de forma total ou parcial, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SÉTIMA - Em caso de cessão, a CONTRATADA permanecerá solidariamente responsável com a cessionária ou sub CONTRATADA, tanto em relação à



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

CONTRATANTE como perante terceiros pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais.

CLÁUSULA OITAVA - Qualquer cessão ou subcontratação sem a devida autorização da CONTRATANTE, será nula e sem qualquer efeito, além de constituir infração contratual passível das cominações legais e cabíveis.

CLÁUSULA NONA - A contratada reconhece o direito da administração de rescisão motivada por inexecução total ou parcial do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA - Durante a vigência deste contrato, a CONTRATADA é a única responsável perante terceiros, pelas consequências dos atos praticados pelo seu pessoal na execução dos serviços e uso dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - São partes integrantes deste contrato, a proposta da contratada e seus anexos, sendo que a interpretação e a aplicação deste contrato serão dadas pela Legislação vigente, e especialmente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Aplica-se a este contrato a aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8.666/93, bem como as demais legislações pertinentes.



Processo nº: 4444/2023

FLS: RUBRICA _____

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - As despesas com o presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária PT _____, FICHA _____, ND _____ do orçamento vigente oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO - A publicação resumida do presente instrumento será providenciada pela Contratante nos termos do artigo 26 c/c parágrafo único do artigo 61, ambos da Lei 8.666/93.

CLAÚSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO - As partes elegem o foro da Cidade de Saquarema - RJ para dirimir quaisquer dúvidas emergentes do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Saquarema, _____.

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
CONTRATANTE

Representante: _____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____

ASSINATURA: _____

ASSINATURA: _____